

QUANDO A REVISTA *BRASIL JOVEM* CAPTOU A INFÂNCIA INDÍGENA: NOTAS SOBRE A DITADURA MILITAR E O GOVERNO DAS INFÂNCIAS (1966-1978)

WHEN THE MAGAZINE *BRASIL JOVEM* CAPTURED INDIGENOUS CHILDHOOD: NOTES ON THE MILITARY DICTATORSHIP AND THE GOVERNMENT OF CHILDHOOD (1966-1978)



José dos Santos Costa Júnior¹
Camila Serafim Daminelli²

Resumo

Investiga-se o (não) lugar das infâncias indígenas no projeto de “desenvolvimento nacional” da Ditadura Militar brasileira no âmbito da Amazônia a partir das ações socioassistenciais levadas a cabo pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem). Na interlocução entre o pós-estruturalismo e a crítica decolonial, analisamos a captura da infância indígena em reportagens de *Brasil Jovem*, revista oficial da Funabem, cujos programas sociais se voltaram à assistência dos pobres urbanos, não abarcando as infâncias indígenas em suas especificidades. No entanto, mobilizá-las trazia à tona uma imagem positiva da diversidade brasileira. Tensionamos o conceito de “diversidade” e o jogo que tornou possível a produção da imagem da criança indígena na ordem de uma biopolítica que fomentou um projeto desenvolvimentista sobre a presença indígena no passado e no futuro do país.

Palavras-chave: Brasil Jovem; infâncias indígenas; ditadura militar.

Abstract

This study investigates the (non)place of indigenous children in the “national development” project of the Brazilian Military Dictatorship in the Amazon region, based on the social assistance actions carried out by the National Foundation for the Welfare of Minors (Funabem). In the dialogue between post-structuralism and decolonial criticism, we analyze the capture of indigenous children in reports from *Brasil Jovem*, Funabem’s official magazine. These social programs focused on assisting the urban poor, without abandoning indigenous children in their

¹ Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA). Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (Prof-História – URCA/UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Letras da URCA. Contato: costa.junior@urca.br.

² Docente na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Doutora em História do Tempo Presente pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS) da UNESC. Contato: csd@unesc.net.



specificities. However, mobilizing them brought to light a positive image of Brazilian diversity. We stress the concept of “diversity” and the game that made it possible to produce the image of the indigenous child in the order of a biopolitics that fostered a developmentalist project on the indigenous presence in the past and future of the country.

Keywords: Brasil Jovem; indigenous childhoods; military dictatorship.

Estranhar o presente, escrever histórias: notas introdutórias

Em missão extraordinária para representar o Conselho Nacional da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), em 12 de janeiro de 1968, Mário Altenfelder, presidente da instituição, recebeu da delegação Xavante-Bororo, das Missões Salesianas do Mato Grosso, um cocar e braçadeiras em agradecimento ao que vinha fazendo a entidade em prol dessas missões; diz ainda a matéria, prometiam os “índios” ao Presidente da República ser bons brasileiros, para a grandeza da pátria. “Dr. Mário, Deus lhe pague!”³. Na solenidade, o “ritmo exótico das danças da selva” embalou a assinatura do Convênio de n. 19 da Funabem no montante de 222 mil cruzeiros novos, entregues à Missão Salesiana de Mato Grosso, visando assistir “menores e famílias” através da compra de “equipamentos, trator, implementos agrícolas, veículos e serviço de abastecimento de água”⁴. Em uma das imagens um menino indígena, instrumento de bambu em mãos, segura um exemplar de *Brasil Jovem*. A foto é posada: corpo e instrumento em riste, de perfil levemente torcido à esquerda, abrindo-se ao fotógrafo; revista na mão direita, girada sutilmente, para que a foto capture o seu conteúdo. À frente dos olhos, deixando-se mirar fixamente, a contracapa usual do periódico, com os personagens-símbolo da Funabem, um menino branco e outro negro: Marcos e Geraldo. Ambos sorriem. A criança indígena participava circunspecta de uma das edições daquele fac-símile de universalidade, edição posterior a outra que em dezembro de 1967 disse: “índio também tem infância”⁵.

O impacto gerado pelas imagens é irresistível. As infâncias se interpelam em sua representatividade, em sua importância no âmbito de um projeto nacional para as infâncias e juventudes brasileiras, instaurado pelo regime autoritário.

³ BRASIL JOVEM, ano I, n. 6, junho de 1968, p. 20.

⁴ BRASIL JOVEM, ano I, n. 6, junho de 1968, p. 18.

⁵ BRASIL JOVEM, ano II, v. 2, n. 5, dezembro de 1967, Capa.



Imagem que insinua o lugar das infâncias indígenas no projeto maior da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem). A entidade foi criada pela Lei n. 4.513/64, incorporando o patrimônio e atribuições do Serviço de Assistência a Menores (SAM), e incumbida de formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM). Seu objetivo era assistir aos filhos dos pobres urbanos, avalizados a partir de duas contentas: menores abandonados e menores infratores. Para ambos os públicos a institucionalização era uma possibilidade e um imperativo por parte do regime, que tinha pretensão de eliminar o elemento contraditório da cena pública e entendia o “problema” da menoridade somente “na medida em que afetava (ou podia afetar) a ordem pública, pela violência ou pela criminalidade”⁶.

Nos discursos oficiais de *Brasil Jovem*, compreendia-se o avanço da marginalização infantojuvenil em razão da inaptidão dos serviços e profissionais que atendiam as suas necessidades, mas também, em função do caráter paternalista das entidades que os acolhiam, pois impediam as famílias de exercer responsabilidades junto às suas crianças. Assim, a elaboração da Política Nacional do Bem-Estar do Menor pautou-se numa idealização técnica: elencar os “condicionamentos negativos a formar física e moralmente as crianças e adolescentes brasileiros como reflexos dos desordenados movimentos operados em âmbito social”, conduzindo ao seu abandono ou delinquência, e o desenvolvimento de estratégias fixadas para um e outro público⁷. Dada a extensão do território brasileiro, a implantação de seus programas resultou em ações diversas, compreendendo desde a assistência às famílias e lares de cuidados diurnos até os centros de bem-estar e os centros de internamento, já que, “mesmo com a tentativa de centralizar as ações, os estados tinham certa autonomia”⁸. Foram os centros de internação, nos grandes centros urbanos brasileiros, os principais *lôcus* de violências e violações de direitos que afamaram a Funabem e

⁶ VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 300.

⁷ DAMINELLI, Camila S. **Uma Fundação para o Brasil Jovem: Funabem, Menoridade e Políticas Sociais para infância e juventude no Brasil (1964-1979)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação. Florianópolis, 2019, p. 117.

⁸ MIRANDA, Humberto da S. A FEBEM e a assistência social em Pernambuco no contexto da Ditadura. **Angelus Novus**, São Paulo, ano IV, n. 10, p. 159-176, 2015, p. 164.



suas congêneres estaduais, as Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (Febem's).

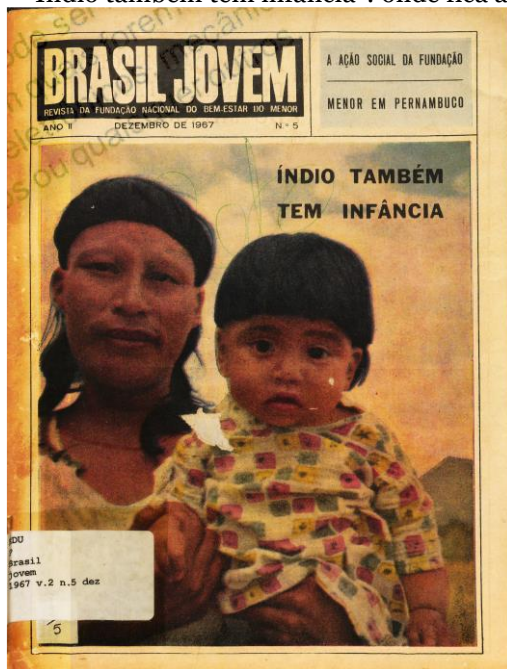
As infâncias indígenas não formavam parte das preocupações centrais da política menorista da ditadura. Em circunstâncias específicas, contudo, foram evocadas pelos discursos oficiais, expressos através da revista *Brasil Jovem*. Neste texto investigamos como as populações indígenas e suas infâncias foram enquadradas em determinadas narrativas sobre a integração e o desenvolvimento nacional e incorporadas à estética de uma suposta diversidade étnica a serviço da pátria, mas fundamentalmente silenciada pelas políticas sociais. Nosso objetivo reside em analisar as condições de emergência da imagem da criança indígena como efeito da biopolítica do “desenvolvimento nacional” do qual a Funabem fez parte.

Na capa do exemplar que captura a infância indígena como parte do projeto da Funabem, uma criança e sua mãe posam para o retrato. Miram a câmera enquanto ela segura a mão da criança que observa o gesto do fotógrafo. Ao fundo se vê um céu repleto de nuvens e uma oca que por pouco não entrou no enquadramento da imagem. Tratava-se de indígenas da etnia Xavante, um grupo já integrado à “sociedade nacional” através do trabalho da Missão Salesiana em Mato Grosso, algo que um detalhe aparentemente banal como o uso de roupas em algodão torna indicativo de um processo de integração em curso há alguns anos. A capa emergiu em um momento crucial da política indigenista brasileira: o ano de 1967 foi marcado pela extinção do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Criado em 1910, foi uma primeira política de Estado voltada para coordenar o processo de integração das populações indígenas à sociedade nacional, sob a direção do Marechal Cândido Rondon. Mas depois da sua saída começaram a surgir denúncias de irregularidades administrativas no órgão, gerando desgastes que levaram à sua extinção e substituição pela Fundação Nacional do Índio (Funai) por meio da lei nº 5.371/67⁹.

⁹ TOMAZELLO, Maria G. C.; CARNAVARROS, Edmilson T. Os missionários salesianos e a educação escolar indígena em Mato Grosso: um século de história. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v. 18, n. 36, p. 181-197, jan./abr. 2009.



Figura 1 – “Índio também tem infância”: onde fica a diferença?



Fonte: Revista Brasil Jovem, n. 5, ano II, dezembro de 1967.
Acervo: Biblioteca da Faculdade de Educação da UFRGS.

As questões elencadas neste texto versam sobre uma política da imagem de crianças que não eram, a priori, o público privilegiado das ações da Funabem. Assisti-las significava dotar os religiosos de recursos para a compra de insumos que, indiretamente, beneficiavam as populações daquela localidade. Este texto se insere no campo da História do Tempo Presente pela problemática que constrói e os procedimentos que aciona em sua narrativa. Michel Foucault¹⁰ nos ensinou a deslegitimar o presente como instância temporal autossuficiente e totalizadora da nossa compreensão da vida e do mundo, urdindo a genealogia como crítica da nossa atualidade. Deslegitimar o presente significa estudar como nos tornamos o que somos hoje. Isto implica em um recuo que permitirá cruzar o presente com a estrutura temporal do passado, mapeando (des) continuidades.

Giorgio Agamben tensiona o que é ser contemporâneo para nos fazer pensar sobre a relação proximidade/distância articuladas pela experiência do tempo. Somente um recuo estratégico e eticamente comprometido pode tornar o presente inteligível e estranhá-lo naquilo que o constitui desde o passado a partir de insidiosas permanências e rupturas¹¹. Assim, ao partir do contexto atual em

¹⁰ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

¹¹ AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos, 2009.



que crianças indígenas têm sido vítimas fatais de uma política genocida que historicamente tem marcado a relação do Estado brasileiro com os povos originários, faz-se da escrita da história uma forma de combate. Trabalhamos com a malha discursiva da *Brasil Jovem* como um periódico institucional que cumpriu uma função estratégica na propaganda que os militares fizeram sobre o governo e os empreendimentos da Funabem. Esta revista operou de modo mais circunscrito na seara das políticas para o segmento infantojuvenil, mas no mesmo tom de otimismo e chauvinismo que circulou em outros meios.

Partimos da descrição e problematização da *Brasil Jovem* como ponto de atravessamento de discursos sobre a infância e o desenvolvimento nacional que foram provenientes do Estado e Igreja católica. Constrói-se uma análise genealógica¹² que manuseia a materialidade discursiva na forma texto/imagem para analisar as posições de sujeito em questão e a quais hierarquias estiveram relacionadas no insidioso jogo de inclusão e exclusão da diferença. Sob a lente pós-estruturalista e da crítica decolonial¹³ indaga-se sobre a produção da imagem da criança indígena como efeito de uma política de subjetivação documentada em

¹² FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012.

¹³ Compreendemos o pós-estruturalismo como movimento da filosofia francesa contemporânea que se caracteriza pela dispersão de autores, estilos e temas, mas tem como eixo articulador a produção de uma radical crítica da tradição filosófica ocidental nascida com Sócrates e Platão e que teve na obra de Georg Wilhelm Friedrich Hegel seu auge na modernidade. Inspirados pela obra de Nietzsche e sua crítica da modernidade, os pós-estruturalistas opõem-se à “filosofia da consciência” propondo – principalmente em autores como Jacques Derrida, Michel Foucault e Gilles Deleuze – uma “filosofia da diferença”. Alguns temas centrais do pós-estruturalismo são a crítica do sujeito moderno (visto como racional, coerente, autônomo), a Razão iluminista, o humanismo e o modelo dialético de interpretação da realidade. Por sua vez, a crítica decolonial se caracteriza como movimento teórico que a partir de diferentes autores latino-americanos busca romper com os padrões de inteligibilidade eurocêntricos que não consideraram a América Latina e os latino-americanos como produtores de conhecimento e cultura. Considera que o fim da colonização com os processos de independência entre os séculos XVIII e XIX não romperam com a colonialidade, isto é, a estrutura que atualiza formas variadas de dominação na geopolítica do conhecimento e na divisão internacional do trabalho, daí Aníbal Quijano falar em colonialidade do ser, do saber e do poder. Para uma introdução ao pós-estruturalismo, PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000; WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013; COSTA JÚNIOR, José dos S. **Pós-estruturalismo e escrita da história: a genealogia foucaultiana como crítica da subjetividade**. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 25, n. 1, 2022. Para uma introdução ao pensamento decolonial, suas articulações com as teorias pós-coloniais provenientes de obras de autores e grupos de pesquisa da Europa, África e Ásia, bem como autores caribenhos que fizeram suas carreiras na Europa, cf. BALLESTRIN, Luciana. América Latina e giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, mai./ago. 2013; MALDONADO-TORRES, Nelson. Análise da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões. In: BERNARDINO-COSTA, Joabe; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 27-54.



fotografias, informações demográficas, reportagens sobre os povos Xavante e Bororo no Mato Grosso e relatos sobre as ações em curso.

O texto possui três aspectos: uma descrição da topografia visual da revista *Brasil Jovem*; uma análise do rosto da criança indígena como efeito de um jogo entre identidades e diferenças; uma análise da espacialização do projeto biopolítico e tanatopolítico¹⁴, que capturou o corpo da criança indígena a partir de uma retórica do desenvolvimento nacional que somente foi possível ao atualizar práticas coloniais.

Topografar uma política editorial: Funabem e *Brasil Jovem* (1966-1978)

A revista que o menino indígena tinha em mãos, quando foi fotografado, emerge em 1966 como parte dos esforços do regime militar em controlar a produção e a circulação de conteúdo sobre o trabalho da Funabem na condução das políticas sociais voltadas às infâncias e juventudes pobres brasileiras. Sua edição não constituiu fato inédito no interior do regime, que procurou fornecer versão oficial dos acontecimentos e processos em curso em diferentes áreas, e submeter sua interpretação à formação/informação “da burocracia estatal e às camadas sociais que considerava mais afeitas aos seus temas e valores”, como afirma o historiador Reinaldo Lohn sobre a revista *Planejamento & Desenvolvimento* e publicações congêneres¹⁵. Entre 1966 e 1978, 42 números foram editados. Quando sua edição é encerrada, no terceiro quadrimestre de 1978, *Brasil Jovem* é substituída como veículo oficial da Funabem por outro periódico, a revista *Espaço*.

No universo das mídias e dos impressos fomentados pelo regime, a singularidade de *Brasil Jovem* se faz notar em três de suas características principais. A primeira refere-se ao público a quem estava destinada e, conseqüentemente, ao teor das matérias veiculadas. Ao produzir sínteses e reportagens explicativas da PNBEM, sua circulação almejava promover uma formação não oficial dos técnicos que operavam a rede assistencial infantojuvenil

¹⁴ Cf. FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade** 1, 1988; ALVARENGA, Rodrigo; AMÉRICO, Elston. Da biopolítica à necropolítica contra os povos indígenas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). **Ciências Sociais Unisinos**, Porto Alegre, v. 55, n. 2, p. 212-222, mai./ago. 2019.

¹⁵ LOHN, Reinaldo L. A ditadura dos mais produtivos: subdesenvolvimento, educação universitária e elitismo na revista *Planejamento & Desenvolvimento* (1973-1975). **Díálogos**, Maringá, v. 25, n. 2, mai./ago. 2021, p. 214.



Brasil afora, instruindo sobre a nomenclatura da então nova Política Nacional e atualizando os termos dos debates sobre marginalização, prevenção ou condicionamentos. A segunda característica abrange a construção concomitante da revista e da entidade a que servia, mas que também contribuiu para edificar. Seu lançamento se deu tão somente dois anos após a criação da Funabem. Assim, *Brasil Jovem* cumpriu função de levar a palavra da entidade, de parte da instituição, ou a partir da compilação de matérias produzidas por outras mídias, aliadas ao regime, o que contribuía para sua legitimidade. Ambas as características se deixam ver no editorial do exemplar de n. 12, de dezembro de 1969, em que o editor Glauco Carneiro afirmava que, talvez a única “publicação especializada que não descuida o aspecto “leigo” da divulgação no campo do menor, *Brasil Jovem* vem dando a máxima atenção ao trabalho de compilar e institucionalizar os textos interessantes publicados em todo o país por revistas e jornais”¹⁶. Convencendo ou não seus leitores e leitoras de que a revista era fruto de jornalismo profissional selecionado, genuinamente verdadeiro, portanto, fato é que *Brasil Jovem* apresentou a Funabem ao país quando ela ainda não tinha um rosto próprio.

A maneira como se alinhou o interesse da Funabem em desfilas suas conquistas no campo social e o desejo de despertar nos leitores e leitoras o interesse e a admiração pelo seu trabalho traduziram-se no suporte escolhido para a publicação. *Brasil Jovem* era uma revista com cerca de 90 páginas, visualmente atrativa, impressa em material de qualidade e em cores, paulatinamente incorporadas a partir do seu exemplar de número 4, de setembro de 1967. Possuía seções fixas, a exemplo das costas das capas, que traziam informações sobre a composição do Conselho Nacional e outros dados do chamado expediente da revista. As imagens recheavam as edições, ilustrando matérias, mas também comunicando referentes singulares, numa complexa política da imagem que não ficava atrás dos impressos mais populares entre as camadas médias urbanas naquele momento, tal como a revista *Realidade* e sua inovadora trama de informação, pesquisa e fotojornalismo¹⁷.

¹⁶ BRASIL JOVEM, ano III, n. 12, dezembro de 1969, Carta do Editor.

¹⁷ AREND, Silvia M. F. Jovens brasileiros nas páginas da Revista Realidade: Família e Trabalho (Brasil, 1966-1969). **Projeto História**, São Paulo, n. 54, set./dez. 2015, p. 165.



O corpus documental formado pelos 42 números de *Brasil Jovem* editados entre 1966 e 1978 pode ser seccionado em três fases, propostas em função de questões técnicas, estilísticas e editoriais¹⁸. A primeira fase compreende os exemplares de 1966 a 1968, nos quais não há um padrão em relação ao número de páginas, identidade visual ou seções que se repetiam no conjunto dos exemplares, salvo a Carta do Editor. A segunda fase (1969-1974) é a da revista na sua maturidade, compreendendo exemplares semelhantes entre si e onde as imagens passam a ter centralidade. Esta fase conta com mais conteúdo compilado, empírico e “científico”, em comparação com os exemplares anteriores, mais técnicos e informativos. A terceira e última fase corresponde ao período de edição da revista por Pedro de Menezes (1975-1978). Menezes dá a *Brasil Jovem* um formato novo; menos afetoso com os leitores, elimina a seção Carta do Editor e apela para o protagonismo da linguagem visual.

Inventar um rosto para a criança indígena: entre a identidade e a diferença

Sob a malha documental de uma revista institucional emergem rostos, espaços e recortes do cotidiano dos grupos indígenas Xavante e Bororo, constituindo visual e textualmente um objeto a ser conhecido. Ora, dizer que “índio também tem infância” pressupõe uma concepção ocidental de infância, demarcada por múltiplos aspectos desde o século XVIII. Como advérbio, o “também” mobiliza uma operação de assimilação que, em seu sentido antropológico, não promove a afirmação da diferença, mas sua subjugação ao modelo hegemônico de infância. Partia-se da ideia de que a integração seria inevitável, mas às vezes vista como “adiável” por intelectuais e instituições que se voltaram à proteção dos povos indígenas, desconfiando do caráter “necessário” da integração.

As imagens de *Brasil Jovem* empenharam-se em apresentar e descrever alguns espaços e particularidades das culturas indígenas, mas sempre na articulação direta com o grau de integração alcançado. As sete fotografias que compõem a figura 2, recortando duas páginas do periódico em sua integralidade, foram articuladas por uma pergunta: “há condições para ajudar os índios?”. A narrativa visual responde afirmativamente, pois mostra um indígena em processo

¹⁸ DAMINELLI, Camila S. **Uma Fundação para o Brasil Jovem**, 2019, p. 107.



de transformação subjetiva. Primeiramente, o ato de leitura individual como resultado de uma escolarização e um letramento a partir da aquisição da língua portuguesa.

Noutra cena, o manuseio de uma máquina Caterpillar por um Xavante-Bororo aparece como efeito de uma transformação na relação dos humanos com a terra e o trabalho, constituindo-se isso como efeito de um projeto desenvolvimentista que desde Getúlio Vargas surgiu no país e ganhou espaço na agenda socioeconômica dos anos 1950. Logo abaixo, em imagem posada, estava o presidente da Funabem. As duas imagens faziam alusão à coletividade. Se em uma aparece o grupo de crianças com o líder da Funabem, na outra fotografia que ocupa mais espaço na página tem-se uma imagem sobre a aldeia indígena com seus rituais religiosos e sua relação com a natureza. A individualidade, diferentemente da imagem do indígena leitor, não ganha espaço nesta outra figura, pois nela valoriza-se o espaço compartilhado com os outros: “as danças rituais indígenas saudaram a entidade que vai do litoral à selva em favor da infância”, define a legenda. Trata-se de culturas que se encontraram em um jogo no qual as próprias imagens não escamotearam as hierarquias que se desenharam no campo social entre indígenas e brancos. Mas se as diferenças em termos de religião, geração e classe social foram indiciadas nas imagens, o periódico também investiu igualmente em delimitar distinções de gênero que jamais estiveram isoladas dos marcadores de classe, religião e geração.

Em imagem destacada se vê uma mãe com uma criança que, curiosamente, observa o fotógrafo, e foi legendada assim: “Em São Marcos, Meruri, Sangradouro e Araguaiana, missões salesianas, o amor materno, já desenvolvido entre os xavantes, é estimulado por uma política de assistência moderna”. Por sua vez, em imagem menor no canto da página, aparecem freiras vinculadas ao projeto salesiano: “Eis as colaboradoras da obra salesiana, agora ajudada pela Fundação, sem as quais pouco ou nada seria possível realizar”. As fotografias e suas respectivas legendas mobilizam o gênero para delimitar ao feminino o lugar do cuidado, fosse por meio da maternidade já presente, mas agora adubada por uma cultura moderna e científica trazida pela Funabem, mas também uma feminilidade que embora não praticasse de modo direto a maternidade, operava em uma política do cuidado com forte teor religioso e missionário no qual as mulheres tiveram papel central.



Figura 2 – Entre cenários e ações, emerge o corpo da criança indígena.



Fonte: Brasil Jovem – revista da Funabem, v. 2, n. 5, 1967, p. 3.
Acervo: Faculdade de Educação da UFRGS.

Apesar das diferenças e sob o risco de incorrer em algum anacronismo das imagens, parece operar aí, por meio do enunciado do “cuidado”, o mito do marianismo e sua vinculação do feminino à maternidade direta ou indireta, mas igualmente arbitrária e compulsória¹⁹. Isso diz muito sobre as diferenças construídas na relação com a alteridade representada pelos diversos povos indígenas do Brasil em relação ao grupo pretensamente homogêneo dos brancos.

os Xavante pertencem à família linguística Jê, tronco linguístico Macro-Jê. Sua sociedade está estruturada pelo princípio do dualismo. Caracteriza-a um complexo sistema de múltiplos pares de metades, responsável pela formação de grupos sociais (como as “classes de idade”; as linhagens e os clãs patrilineares; as metades exogâmicas; as facções políticas; os grupos rituais) e de laços sociais interpessoais a eles associados²⁰.

O estudo e ordenação de um sistema classificatório das etnias indígenas possui três critérios, segundo a classificação de Arion dall’Igna Rodrigues. O primeiro se refere ao tipo físico, ou seja, suas características raciais. Um segundo é de caráter linguístico, reconhecendo-se três grandes troncos principais a partir dos quais se formaram as línguas:

1. tronco Tupi, dividido em sete famílias, a mais importante das quais é a Tupi-Guarani; 2. tronco Macrojê, compreendendo a

¹⁹ SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

²⁰ SOUZA, Luciene G. de; SANTOS, Ricardo V. Mortalidade, Fecundidade e Padrão de Assentamentos dos Xavante de Sangradouro-Volta Grande, Mato Grosso (1993-1997). **Boletim do Centro de Estudos em Saúde do Índio de Rondônia**, Porto Velho, n. 2, 1999, p. 02.



família linguística Jê, em que se distinguem as línguas Kayapó, Timbira e Akuen (Xavante e Xerente) como mais importantes e outras quatro famílias menores, das quais a Karajá ainda não foi classificada em família; 3. Tronco Aruak, compreendendo a família linguística Aruak, propriamente dita, com maior número de línguas, e a família Arawá²¹.

O Território Xavante está localizado no Planalto Central, entre o rio das Mortes e os afluentes do rio Xingu. Caracteriza-se por um intenso dinamismo político que se dá por meio das disputas/alianças com as facções e suas linhagens. É um grupo étnico que “apresenta metades exogâmicas constituídas por três clãs patrilineares (Poredza’õno, Öwawe e Topdató), ou seja, a criança ao nascer pertencerá ao clã de seu pai e quando adulta só poderá se casar com parceiros pertencentes aos outros clãs”²².

Os Bororo, por sua vez, é um dos grupos étnicos sul-americanos mais estudados em termos etnológicos, centrando-se as investigações sobre a sua cultura e organização sociopolítica, mas ainda sem grande investimento científico na compreensão de sua estrutura demográfica. Os Bororo, cujo nome tem o significado de “pátio da aldeia”, se autodenominam Böe e fazem parte do tronco linguístico Macrojê²³.

A delimitação do território Xavante se deu através da Funai nas décadas de 1970 e 1980, havendo defasagem entre o limite almejado e o efetivamente fixado, dando vazão para tensões e contestações na esfera judicial. “Assim, este povo passou a ocupar sete Terras Indígenas descontínuas - Areões, Marãiwatsede, Marechal Rondon, Parabubure, Pimentel Barbosa, Sangradouro - Volta Grande e São Marcos, situadas a leste do Estado de Mato Grosso”²⁴. Estas terras têm criado relações variadas com a sociedade circundante, “mas, no geral, as terras ao seu redor são ocupadas por não-índios (posseiros, latifundiários, empresas agropecuárias, estradas, povoados e missões religiosas)”²⁵. Sobre o espaço Bororo, as suas 11 aldeias estão em seis Terras Indígenas (TI) de Mato Grosso. Formam “um território descontínuo e, em larga medida, descaracterizado do ponto de vista ecológico devido a desmatamento, garimpo e fazendas ao redor, correspondendo a uma área cerca de 300 vezes menor que o

²¹ RIBEIRO, Berta. **O índio na história do Brasil**. São Paulo: Global, 2009, p. 25.

²² SOUZA, Luciene G. de; SANTOS, Ricardo V. **Mortalidade, Fecundidade [...]**, 1999, p. 4.

²³ SOUZA, Luciene G. de; SANTOS, Ricardo V. **Mortalidade, Fecundidade [...]**, 1999, p. 2.

²⁴ SOUZA, Luciene G. de; SANTOS, Ricardo V. **Mortalidade, Fecundidade [...]**, 1999, p. 4.

²⁵ SOUZA, Luciene G. de; SANTOS, Ricardo V. **Mortalidade, Fecundidade [...]**, 1999, p. 4.



território tradicional”²⁶. Os territórios são: Meruri, Perigara, Sangradouro-Volta Grande (ocupada pelos Xavante e não reconhecida como Bororo), Tadarimana.

A definição de Terras Indígenas para os habitantes que já estavam nesse espaço antes da chegada e invasão dos europeus foi e tem sido objeto de muitos debates na esfera pública, pois a “questão indígena” imiscui-se diretamente com a forma (desigual e injusta) de acesso à terra no Brasil. Desde a política de aldeamentos empreendida pela colonização portuguesa, essa demanda da manutenção de indígenas em terras específicas vem se construindo. Desde o início as aldeias foram marcadas por um estatuto sociopolítico ambivalente uma vez que “apesar dos prejuízos incalculáveis, a política de aldeamentos colocava os índios numa condição jurídica específica, atribuindo-lhes, além das obrigações, alguns direitos que eles lutaram por garantir até o século XIX”²⁷, operando com as regras e (im)possibilidades colocadas pelo sistema colonial.

Figura 3 – Seria uma política pública uma máquina de captura?



Fonte: Brasil Jovem – revista da Funabem, v. 2, n. 5, 1967, p. 3.
Acervo: Faculdade de Educação da UFRGS.

O “território” é, além de uma definição geográfica, também algo de natureza jurídico-política, pois se refere à circunscrição de um espaço a partir de um jogo de poder²⁸. Os aldeamentos se deram como parte de uma política indigenista que desde o século XVI se constituiu a partir de múltiplas leis que se anulavam entre si e se reconfiguraram em outros documentos. Ao longo do tempo

²⁶ SOUZA, Luciene G. de; SANTOS, Ricardo V. **Mortalidade, Fecundidade [...]**, 1999, p. 6.

²⁷ ALMEIDA, Maria Regina C. de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 72.

²⁸ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**, 2012, p. 250.



a política indigenista se transformou e ganhou novos significados, instituições²⁹. Contudo, cabe pensar como a política indigenista desde o século XVI deve ser lida na interface direta com as políticas indígenas, isto é, as ações, estratégias e racionalidades provenientes dos grupos indígenas que sempre tensionaram de modo produtivo e combativo a colonialidade como um modo de governo.

A casa dos Bororo abriga duas ou três famílias nucleares que cultivam entre si laços de parentesco³⁰. Essas culturas têm sofrido a interferência e, no limite, a possibilidade de virem a não mais existir, em razão do processo de integração com a sociedade nacional, uma vez que os modos de funcionamento da política indigenista muitas vezes continuam consolidando e dando continuidade a um modo colonial de pensar e agir. Assim, “em 1976 ocorreu um conflito de disputa por terra que culminou na morte de um missionário salesiano e de um Bororo na Terra Indígena Meruri”, o que fez com que muitos habitantes de Meruri fossem para outra aldeia, distante da interferência da atividade missionária. Fixaram-se em Garças e ali “as casas foram construídas em palha e dispostas em círculo, tal como no modelo tradicional”³¹, indicando a resistência e as múltiplas tentativas de sobrevivência que eles vêm construindo ao longo do tempo.

A territorialização do espaço indígena foi realizada com os critérios, necessidades e projetos provenientes da “sociedade nacional” e não das demandas das diversas etnias indígenas, daí os conflitos na demarcação e manutenção do poder destes povos sobre suas terras no passado e no presente. Desde que o Marechal Rondon atuou na formação do antigo SPI (1910), a “questão indígena” passou a ser articulada dentro de outro projeto de país que emergiu depois de 1889. Houve um crescente interesse na “integração” das populações indígenas a partir da problemática ideia de “aculturação”. Apesar do lema “Morrer se preciso for, matar jamais”, tal política teve o pressuposto positivista no qual “os índios, mesmo permanecendo na etapa fetichista do desenvolvimento do espírito humano, poderiam progredir industrialmente, tal

²⁹ Cf. RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Global, 2017.

³⁰ SOUZA, Luciene G. de; SANTOS, Ricardo V. **Mortalidade, Fecundidade [...]**, 1999, p. 15.

³¹ SOUZA, Luciene G. de; SANTOS, Ricardo V. **Mortalidade, Fecundidade [...]**, 1999, p. 15.



como haviam progredido, na mesma etapa, os povos andinos, os egípcios e os chineses”³².

Figura 4 – O que quer dizer dar um rosto à criança indígena?



Fonte: Brasil Jovem – revista da Funabem, v. 8, n. 33, 1975.
Acervo: Faculdade de Educação da UFRGS.

Contudo, a problemática de encontrar, preservar a vida dessas populações e integrá-las nunca ocorreu sem tensões. Em trabalho etnográfico da década de 1950, o antropólogo Carlos de Araújo Moreira, mencionado por Darcy Ribeiro em *Os índios e a civilização*³³, se pode ler o seguinte:

³² RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**, 2017, p. 124.

³³ Compreendemos que se por um lado a obra de Darcy Ribeiro possui diferenças em relação aos desdobramentos operados pela Nova História Indígena e ao pensamento decolonial, por outro lado também existem pontos de articulação. Como um dos mais importantes antropólogos do século XX, Darcy Ribeiro deu uma imensa contribuição à etnologia brasileira. Segundo Adélia Miglievich Ribeiro (2012, p. 291), “Darcy Ribeiro já nos ajudava a pensar a América Latina e o mundo fora dos parâmetros europeus, numa perspectiva *decolonial*”. Em sua obra *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*, Walter Mignolo (2003) informa que tem na obra de Darcy Ribeiro importante interlocutor para a construção de uma mirada decolonial sobre a América Latina e as questões epistemológicas, políticas e econômicas que a constituem como objeto de reflexão. Para uma leitura sobre as articulações entre o pensamento de Darcy Ribeiro como um pioneiro na abordagem pós-colonial e decolonial no contexto latino-americano, descrevendo aspectos da sua trajetória como intelectual e militante, assim como aproximações com o pensamento de autores como Enrique Dussel e outros nomes da crítica decolonial, cf. RIBEIRO, Adélia M. A crítica pós-colonial a partir de Darcy Ribeiro: uma releitura de “O povo brasileiro”. **Realis - Revista de Estudos AntiUtilitaristas e Pós-Coloniais**, v. 1, n. 1, jan./jun. 2011; RIBEIRO, Adélia M. Darcy Ribeiro e a crítica pós-ocidental de Walter Mignolo: notas sobre processos civilizatórios nas Américas. **Dimensões**, v. 29, 2012; RIBEIRO, Adélia M. O pensamento crítico acerca da universidade na América Latina: de Darcy Ribeiro à “modernidade-colonialidade”. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 8, n. 2, 2014; RIBEIRO, Adélia M.; ROMERA, Edison. Orientações para uma descolonização do conhecimento: um diálogo entre Darcy Ribeiro e Enrique Dussel. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 20, n. 47, jan./abr. 2018.



As pacificações em curso na bacia do Xingu ignoram quaisquer pressupostos básicos, apoiados nos dados da experiência, que protejam os grupos tribais dos perigos de desintegração sociocultural e dos processos depopulativos por epidemia a que se encontram expostos. Nenhuma dessas atividades prevê, como medida necessária, a garantia às comunidades indígenas da posse dos territórios que ocupam. O que se verifica então é que às próprias equipes de pacificação se associam seringalistas e explorares de castanhais que vão imediatamente ocupando as áreas tornadas acessíveis pela atração de grupos hostis³⁴.

Do relato etnográfico à mirada sobre a amplitude da política indigenista, pode-se imaginar no passado e no presente os infortúnios do progresso e as perseguições sofridas por estes povos. A ideia de pacificação demonstra o nível de ambivalência da política indigenista, pois ao passo em que se propõe a proteger os indígenas ainda isolados de um contato não planejado com a sociedade nacional, por outro lado, gera outras vulnerabilidades. A guerra biológica ainda se efetua como insondável zona de risco. Todos estes investimentos fazem parte de uma maquinaria mais ampla, que inseriu a “questão indígena” nos planos de desenvolvimento da ditadura, a partir dos anos 1970. Na figura 4, nota-se que os olhos que miram a câmera do fotógrafo não identificado são de duas meninas indígenas com etnia não identificada com seus cocares, tendo como pano de fundo a floresta. Mas se a imagem de capa gera a expectativa de que a temática da infância indígena seria tratada naquele número, logo se vê que a capa emerge descolada de quaisquer conteúdos que a levassem a tratar daquele assunto.

Aquela edição do terceiro quadrimestre de 1975 apresenta títulos interessantes em seu sumário, como se lê: “o bem-estar do menor e o princípio da democracia”; “Administrar é saber tomar decisão”; “Diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor”; “Terra, uma odisseia no espaço”; “Crime: Uma Análise do ponto de vista da Psicologia”; “Deixe seu filho engatinhar e ele será uma Criança Perfeita”; “O Problema Social do Adolescente e/ou Menor Abandonado”; “Do Sam à FUNABEM mais que uma Mudança de Sigla”; “Humanização do Trabalho”. A capa soava meramente ilustrativa, mas sobre a problemática do rosto da criança indígena que vinha sendo fabricado desde a edição de 1967, uma distinção parece relevante. Depois de ver a capa e passar pelas páginas com o expediente e índice, surge a Figura 5. Se a imagem de capa trazia duas meninas indígenas, a primeira imagem do interior da edição mostrava

³⁴ RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**, 2017, p. 165.



outras duas meninas, sendo uma branca e outra com características asiáticas. Diferentemente das fotografias anteriores, nesta há sorrisos. As duas meninas encararam o fotógrafo Gustavo Francisco Feijó Bittencourt, sorrindo enquanto se abraçavam. Mas de algum modo, aquelas meninas também nos olham ao fixar a lente da câmera. Duas expressivas legendas abaixo de cada um dos rostos conota um sentido às imagens captadas e ao cenário institucional em que foram realizadas, pois se vê que se tratava de uma das instituições assistidas pela Funabem pela presença de múltiplas crianças ao fundo. A primeira legenda da esquerda para a direita enuncia: “a ideia de democracia traz à mente no seu conceito, no seu significado mais profundo, a conhecidíssima passagem dos evangelhos de S. Mateus (22: 35-40), de S. Lucas (10: 25-27), que cita o segundo de todos os mandamentos da lei de Deus: ‘Amarás o teu próximo como a ti mesmo’”. Por sua vez, a segunda legenda sistematiza uma indagação: “poderemos afirmar que é esse anátema o primeiro princípio da democracia? Ou será ele uma sublimação, apenas, do que deveria realmente reger relações entre os seres humanos para que se tornem propriamente humanas?”. Situadas em um cenário de exceção no qual o país estava sendo dirigido por um regime que contou com apoio de setores da comunidade católica, tais imagens podem ser vistas na exterioridade que as elabora, ou seja, lendo-se as relações que as tornaram possíveis no tempo e espaço.

Figura 5 – Figurações da diversidade, ou quando as meninas da *Brasil Jovem* nos olham.



Fonte: Brasil Jovem – revista da Funabem, v. 8, n. 33, 1975, capa.
Acervo: Faculdade de Educação da UFRGS.

O jogo entre as fotografias e o contexto sociopolítico em que se situam faz ver as condições de emergência em que o próprio rosto da criança indígena foi elaborado e divulgado sempre em uma relação diferencial. Mas o rosto seria algo



fora da história e captado só em algum momento por interesses específicos? Ou seria ele, em sua materialidade epitelial, visual e simbólica um efeito da cultura e da economia política? Embora tenham sido apresentadas figuras individuais nas fotografias de *Brasil Jovem*, cabe lembrar com Deleuze e Guattari³⁵ que “o rosto não age aqui como individual, é a individuação que resulta da necessidade de que haja rosto. O que conta não é a individualidade do rosto, mas a eficácia da cifração que ele permite operar, e em quais casos”. Daí a importância de desindividualizar tais figuras para analisar os procedimentos da máquina abstrata de rostificação que fabricou o rosto como algo tocável na ordem do discurso.

Pôr o rosto da criança indígena na *Brasil Jovem* disse muito sobre um modo de lidar com a diversidade brasileira que estava sendo objeto de interesses nacionais e internacionais. Por isso a “democracia” parece ter sido um enunciado que articulou esse conjunto de imagens na invenção de uma diversidade que não existe *a priori*, mas que foi elaborada a partir de certos critérios. Se por um lado o termo “democracia” funcionou ali como enunciado, por outro lado isso não deve ser reduzido à forma linguística-verbal, na medida em que toda gramática vasa e excede o campo dos significados³⁶.

O discurso desenvolvimentista no interior do qual emerge o rosto da criança indígena apresenta as marcas de sua interdiscursividade com os campos da religião e da moral uma vez que a criança indígena e as culturas indígenas foram lidas a partir dos comportamentos que deveriam adotar, das leis que deveriam conhecer e que regiam a sociedade na qual iriam adentrar e os serviços estatais que as “beneficiariam”. Parece ter sido neste tipo de articulação entre população e políticas sociais que o conceito de democracia foi renegociado e redefinido no periódico. Todavia, o modo como isso foi feito parece deixar claro que naquelas páginas o conceito político de democracia foi reduzido a uma percepção religiosa e moral. A citação dos evangelistas deixa claro como viver em democracia teria a ver com certo grau de tolerância ao outro.

A definição da democracia lida na chave religiosa ocorreu quando as disputas sobre a questão do menor estavam se dando desde o século XIX. A emergência da “questão social” se deu a partir das reconfigurações entre uma

³⁵ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia** 2, v. 4. São Paulo: Editora 34, 2011, p. 47.

³⁶ SILVA, Tomaz T. (org.). A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.



lógica caritativa para uma filantrópica cientificamente ancorada. Nos anos 1960 e 1970, período em que estas edições com as imagens de crianças indígenas emergiam na revista *Brasil Jovem*, já estava em curso sob a coordenação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) a Campanha da Fraternidade (CF). Tratava-se de uma nova atividade criada pela Igreja Católica como um dos desdobramentos da sua “Opção pelos Pobres”, posicionamento político e social adotado durante o Concílio Vaticano II (1962-1965) e as Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín (Colômbia, 1968) e Puebla (México, 1979).

No caso da revista *Brasil Jovem*, mais especificamente, tratava-se de fazer um verdadeiro elogio da diversidade cultural brasileira. Tal modo de defini-la esteve eivada por um forte conteúdo político, podendo ser visto como uma das marcas do otimismo da propaganda do governo militar. Embora a configuração da diversidade visasse certa horizontalidade das relações socioculturais, não se pode esquecer a dimensão bélica na constituição da diferença. Daí que a ideia de diversidade parece ressoar a ausência de conflitos, quando efetivamente a relação entre identidade e diferença se dá no jogo inclusão/exclusão e a produção de uma imagem diversa do Brasil em termos demográficos e culturais somente pôde operar a partir de certos recortes e criação de uma homogeneidade contida na problemática ideia de “índio”.

Existe uma dimensão política na configuração da diferença em relação à identidade. Ao retomar o debate sobre “diversidade e diferença”, Nuria Pérez de Lara Ferre evita a conceitualização rígida para lembrar que é preciso considerar essa dimensão conflitiva das relações de definição da diferença e sua circunscrição pelo discurso³⁷. Seria preciso então “perturbar” a ideia de diversidade, reconhecendo algo que a autora expressa nos seguintes exemplos: “[...] as crianças e os jovens perturbam os adultos; as mulheres, os homens; os fracos, os fortes; os pobres, os ricos; os deficientes, os eficientes; os loucos, os cordatos; os estranhos, os nativos... e, talvez, vice-versa”³⁸. E a criança indígena perturba quem?

O que estava em questão ao reconfigurar a questão indígena nos quadros de um projeto desenvolvimentista foi uma nova subjetividade, isto é, um novo

³⁷ FERRE, Núria P. de L. Identidade, diferença, diversidade: manter viva a pergunta. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel**: poéticas e políticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 195-214.

³⁸ FERRE, Núria P. de L. **Identidade, diferença, diversidade**, 2001, p. 198.



sujeito indígena que a partir de então estaria sob a mira das políticas de integração. Ao definir visualmente um rosto para a criança indígena, o periódico estava contribuindo para esta política de subjetivação. Contudo, vale lembrar com Avtar Brah que “a racialização da subjetividade branca não é muitas vezes manifestamente clara para os grupos brancos, porque ‘branco’ é um significante de dominância, mas isso não torna o processo de racialização menos significativo”³⁹.

Ora, essa subsunção da diferença à identidade parece estar expressa claramente na figura 1 quando a legenda diz que “índio também tem infância”, pois este advérbio pressupõe um modelo de criança e infância a ser incorporado pelas indígenas a partir dali e com as tecnologias de subjetivação em curso. Perigosamente, a brancura/branquitude foi inventada para referendar privilégios e continua sendo naturalizada, retroalimentando as desigualdades. O rosto da criança indígena precisaria ser decodificado sob a condição de a singularidade indígena (minoría) ser subsumida à branquitude (maioria) e às formas de branqueamento que desde o século XIX continuam sendo postas em prática. Mas aí, nessa dinâmica de racialização da subjetividade, não se poderá compreender minoria e maioria a partir do critério quantitativo, mas sim qualitativo. A maioria não diz respeito à quantidade, mas a reiteração de um modelo⁴⁰. A minoria não se refere também a uma reduzida quantidade em termos demográficos, mas a uma intensidade diferencial. Maioria significa um estado de dominação, mas a noção de minoria aponta para um devir que sempre é minoritário. A criança indígena é um devir-criança em relação ao modelo de homem contido na legenda da figura 6. Minoría como rota de fuga, experimentação em linha diferencial em relação à norma, ao modelo, ao instituído, “lembrando que é preciso não confundir ‘minoritário’ enquanto devir ou processo, e ‘minoría’ como conjunto ou estado”. Isto faz ver os micropoderes que são constitutivos dos processos de subjetivação, pois um “devir-minoritário é um caso político, e apela a todo um trabalho de potência, uma micropolítica ativa”⁴¹.

Frente à macropolítica do Estado capitalista e às retóricas do “desenvolvimento”, coube aos indígenas fazerem a crítica aos seus efeitos

³⁹ BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006. p. 345.

⁴⁰ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**, 2011.

⁴¹ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**, 2011, p. 92-93.



perversos sobre a terra e os recursos naturais. Essa crítica partiu de diversas formas de contestação e resistências micropolíticas em espaços dentro e fora das aldeias. Mas nada disso apareceu nas páginas da revista *Brasil Jovem*, cujo enfoque era no elogio do Estado-nação e sua ótica desenvolvimentista e biopolítica. Assim, o rosto da criança indígena precisa ser visto como objeto de investimento visual que não ocorre a partir do que tais crianças e seus grupos gostariam de visibilizar, mas daquilo que os “novos colonizadores”, por assim dizer, queriam saber e capturar a respeito delas.

Os quatro rostos das meninas que figuram nas fotografias 5 e 6 podem ser tomados como indícios de uma cartografia mais ampla em que um periódico como *Brasil Jovem*, verdadeiro agenciamento coletivo de enunciação⁴², elaborou e fez circular uma certa visualidade, uma certa marca da diversidade constitutiva das infâncias no país. O corpo é um mapa composto por linhas, (in)definições, marcas, divisões, volumes, expressões. Fazer uma história do rosto, conforme estudaram Jean-Jacques Courtine e Claudine Haroche⁴³ – e que nestas páginas podemos apenas ensaiar –, significa assumir o desafio de estudar as formas de expressão e suas transformações no tempo e espaço.

Pode-se ver as marcas de seriedade e leveza expressas em risos, mas também rostos completamente expostos e outros apenas insinuados. Entretanto, a produção do rosto da criança indígena e da sua diferença em relação às demais crianças apresentadas na estrutura visual do periódico ocorreu em meio a uma rede extensiva de poder no qual o rosto emergiu como parte de uma política indigenista mais ampliada e configurada a partir de dispositivos estratégicos. Ora, “a identidade e a diferença não são, nunca, inocentes”⁴⁴, mas somente podem ser constituídas nas infinitesimais redes de poder que são coextensivas ao campo social.

Mais do que crer no rosto como ponto zero, como índice de uma identidade a encontrar, pensá-lo historicamente exige uma decomposição. O rosto da criança indígena somente foi possível na rede em que desde a década de 1950 o desenvolvimentismo criava suas linhas de captura das diferenças raciais, geracionais, regionais e ecológicas para inseri-las no princípio segundo o qual era

⁴² DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**, 2011.

⁴³ COURTINE, Jean-Jacques; HAROCHE, Claudine. **História do rosto**: exprimir e calar as emoções. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

⁴⁴ SILVA, Tomaz T. **A produção social da identidade e da diferença**, 2014, p. 81.



preciso fazer a grande nação. A identidade nacional pressupôs a subjugação de certas diferenças ou a negociação para que elas ocupassem a posição coadjuvante no prosclênio da política de Estado. Portanto, o rosto define uma identidade, mas somente o faz como gesto arbitrário que adia a diferença e a insere somente sob a condição de reduzi-la à identidade. O lugar da criança indígena no projeto nacional desenvolvimentista se deu no jogo com o não lugar, pois para ser inserida foi preciso catequizá-la, alfabetizá-la, vesti-la, vaciná-la, ou seja, foi preciso destitui-la de suas características para que ela fizesse parte do projeto.

Considerando a disputa pela terra, o genocídio das populações indígenas e o epistemicídio dessas culturas, fica claro o jogo de inclusão e exclusão da criança indígena na trama nacional. A inclusão se deu a partir de um conjunto de tecnologias pedagógicas, sanitárias e institucionais que excluiu a criança indígena em sua singularidade. Por isso torna-se relevante desconfiar da fabricação visual do rosto da criança indígena, reconhecendo que esta imagem emergiu como invenção, não fazendo “remissão a um sujeito que já estaria presente, ou seria conduzido a sê-lo, sem passar por essa máquina própria de rostidade”⁴⁵.

O rosto, portanto, não apareceu como articulação de partes já dispostas e existentes no campo social para gerar uma unidade, mas emergiu como princípio de diferenciação e marcação de corpos racialmente visualizados e politizados. Lidos estrategicamente em termos de uma economia política capitalista que estava em curso e bebia na fonte do desenvolvimentismo e de um neoliberalismo que começava a redesenhar o campo social no país, o corpo da criança indígena esteve articulado a um novo modo de o Estado e a sociedade exercerem poder sobre as condutas.

Territorializar o outro, orbitar a diferença: a biopolítica do “desenvolvimento”

A produção do rosto da criança indígena foi parte do discurso da “assimilação indígena”⁴⁶. A figura 6 capta um momento descrito na cena de abertura deste texto: a cerimônia para celebrar o convênio Funabem/Missão Salesiana. As imagens com os representantes do Estado brasileiro e das

⁴⁵ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**, 2011, p. 41.

⁴⁶ ALVARENGA, Rodrigo; AMÉRICO, Elston. **Da biopolítica à necropolítica [...]**, 2019, p. 221.



populações Xavante e Bororo não deixaram de evidenciar o estranhamento e o “exotismo” associados aos indígenas.

Dizia-se na reportagem que o nível geral da população nesses locais era baixíssimo, em consequência da extrema pobreza. Os trabalhos agropecuários representavam a única atividade econômica, com pouca rentabilidade em vista da falta de estradas para comunicação e comércio. A situação da educação também não era das melhores, pois havia o curso primário cuja frequência dependia das possibilidades de locomoção dos alunos, alguns deles residentes a 500 ou mais quilômetros. Na época das chuvas e da colheita, os alunos brancos e indígenas abandonavam a escola ou empreendiam “migrações que são próprias desta última raça”⁴⁷. O convênio incluía a aquisição de equipamentos domésticos, trator, implementos agrícolas, veículo e serviço de abastecimento de água. Os seis padres salesianos iriam dirigir as obras e atuariam como pedreiros.

Figura 6 – “Índios assinam convênio”: entre a possibilidade da fala e a política da tradução



Fonte: Brasil Jovem – revista da Funabem, v. 2, n. 6, 1968, p. 19.
Acervo: Faculdade de Educação da UFRGS.

Mas, do conjunto dessa cena em que o que estava em questão era a descentralização das ações da Funabem, emerge a cena da saudação Xavante aos líderes da Funabem. Ela foi pronunciada na língua indígena por Pedro, mas traduzida para o português, como segue abaixo:

Os índios Xavantes da Missão Salesiana de Mato Grosso aqui por nós representados, saúdam, neste instante, o Senhor Presidente da República que, através da Fundação do Menor, nos dá um grande auxílio.

⁴⁷ BRASIL JOVEM, v. 2, n. 6, junho de 1968, p. 18.



O Doutor Mário já conhece a quanto temos já feito com o auxílio dos Padres Salesianos.

Desejamos que todos venham nos visitar. A nossa casa está à disposição. Teremos grande prazer em recebê-los.

Agradecemos o convênio que hoje a Missão Salesiana assina com a Fundação do Menor em nosso favor. Teremos melhores casas e melhores condições de trabalho.

Muito obrigado Senhores Membros do Conselho da Fundação: todos os dias rezaremos a Deus pedindo bênção para os senhores e suas famílias.

Doutor Mário, Deus lhe pague! Diga ao Senhor Presidente da República que os Xavantes lhe querem bem e prometem ser bons brasileiros para a grandeza de nossa grande Pátria, o Brasil⁴⁸.

Assim como a figuração do rosto da criança apareceu a partir de práticas de assujeitamento da diferença indígena aos princípios da sociedade nacional, naquela fala indígena produzida e traduzida em uma ocasião oficial ocorreu algo semelhante. Não houve a comunicação de um discurso singular quando Pedro tomou a palavra, mas a materialização sonora e visual de um discurso desenvolvimentista e neocolonial produzido alhures, mas subjetivado, tornado carne e pele por um indivíduo indígena. O discurso desenvolvimentista não foi questionado nem tensionado. Ao ler as condições de emergência dessa reportagem na revista *Brasil Jovem*, pode-se entender as desordens do discurso e as (im)possibilidades em jogo.

Aquela cena registrou um pacto, um acordo entre o Estado brasileiro e uma entidade religiosa que desde 1904 atuava em Sangradouro (MT) com os Bororo e, mais tarde, com os Xavantes, em 1954. Se inicialmente os salesianos atuaram com os Bororo, a aproximação com os Xavantes se deu porque estes pediram socorro diante do risco de extermínio provocado pelas ações de integração. Em 1906 os salesianos haviam tentado contatar os Xavantes⁴⁹. Contudo, não houve êxito e ainda nos anos de 1950 havia contatos intermitentes.

O foco era na educação escolar indígena, mas os seus pressupostos se transformaram com o tempo. Apesar das mudanças “a escola tende a levar o índio para o individualismo”⁵⁰, algo sugerido pela *Brasil Jovem* na fotografia do jovem indígena leitor. A individualização ancorada no princípio de uma sociedade

⁴⁸ BRASIL JOVEM, v. 2, n. 6, junho de 1968, p. 19.

⁴⁹ TOMAZELLO, Maria G. C.; CARNAVARROS, Edmilson T. Os missionários salesianos e a educação escolar indígena em Mato Grosso: um século de história. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v. 18, n. 36, jan./abr. 2009, p. 185.

⁵⁰ TOMAZELLO, Maria G. C.; CARNAVARROS, Edmilson T. **Os missionários salesianos e a educação escolar indígena em Mato Grosso**, 2009, p. 187.



liberal implica em diferentes práticas de constituição de sujeito, treinamento para o trabalho, perspectiva sobre a cultura indígena *versus* a cultura ocidental, gerando tensões na própria definição do que é ser “indígena”.

Figura 7 – Produzindo a diferença, mas cultivando a semelhança face a face.



Fonte: Brasil Jovem – revista da Funabem, v. 2, n. 6, 1968, p. 19.
Acervo: Faculdade de Educação da UFRGS.

As mudanças que a prática educacional dos salesianos sofreu ao longo do tempo fez parte das próprias mudanças culturais que a sociedade brasileira e ocidental vivenciou nos anos 1960 a 1980 com a emergência de redefinições sobre o diálogo intercultural, o neocolonialismo e os novos movimentos sociais, discutindo as identidades culturais em processos de dominação e resistência. Do ponto de vista político a redefinição do estatuto do sujeito cidadão estava em curso, dadas as problemáticas culturais postas no debate público, repercutindo entre limites e possibilidades na promulgação do Estatuto do Índio por meio da lei nº 6.001/73, pouco tempo depois da criação do Plano de Integração Nacional (PIN), em 1970⁵¹. Este tinha o objetivo de coordenar e estruturar a relação da Amazônia com o resto do país, tornando-a economicamente produtiva e demograficamente mais robusta, uma vez que a entendiam como uma parte inabitada ou pouco povoada do território nacional.

A saudação Xavante na cerimônia com Mário Altenfelder e outras lideranças da Funabem ocorreu em 1968, bem antes da emergência do Estatuto do Índio, mas os debates estavam em curso sobre o lugar do indígena como cidadão brasileiro ou não. Soa emblemático o trecho em que Pedro disse: “Doutor

⁵¹ ALVARENGA, Rodrigo; AMÉRICO, Elston. **Da biopolítica à necropolítica [...]**, 2019.



Mário, Deus lhe pague! Diga ao Senhor Presidente da República que os Xavantes lhe querem bem e *prometem ser bons brasileiros* para a grandeza de nossa grande Pátria, o Brasil” (grifos nossos). Tal fala diz muito sobre o jogo das identificações e diferenciações, fazendo ver o estatuto de sujeito subalterno. Afinal, “Pode o subalterno falar?”, indagou a pensadora indiana Gayatri Spivak⁵². Diante das interdições na cena em que Pedro falou, é difícil não perceber que ali se atualizava o drama histórico que marcou o encontro entre o Velho Mundo e o Novo Mundo desde 1492.

O pacto entre colonialismo, capitalismo e modernidade não cessou de se atualizar ao longo dos séculos. Modernidade e capitalismo tiveram, segundo Aníbal Quijano⁵³, uma mesma data de nascimento: 1492. Tzvetan Todorov refletiu sobre a data, dizendo: “é a conquista da América que anuncia e funda nossa identidade presente”⁵⁴. Daí a mirada crítica sobre cenas como esta apresentada no periódico da Funabem nos levar a lembrar sobre outro trecho de Todorov: “Somos todos descendentes diretos de Colombo, é nele que começa a nossa genealogia – se é que a palavra começo tem algum sentido”⁵⁵.

Mas embora o colonialismo tenha sido encerrado com as independências das colônias americanas e a formação dos Estados nacionais, ainda assim manteve-se viva a colonialidade do poder, conforme Aníbal Quijano a define⁵⁶. A colonialidade do poder e do saber persiste no modo de cultivar a intolerância cultural e a dominação que se expressa na colonialidade do ser (quem é considerado humano e, logo, cidadão), do saber (que formas de conhecimento são reconhecidas como tal e quais são apagadas) e do poder (que formas de domínio são exercidas baseando-se nas diferenças de raça, gênero, etnia etc.). A hierarquia entre Norte e Sul segue se redesenhando no globo, dando continuidade à marcha de subalternização não somente dos latino-americanos, mas também de africanos e asiáticos na geopolítica do mundo contemporâneo⁵⁷.

⁵² SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

⁵³ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, 2005.

⁵⁴ TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 7.

⁵⁵ TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América**, 2010, p. 7.

⁵⁶ QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**, 2005.

⁵⁷ BALLESTRIN, Luciana. América Latina e giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, mai./ago. 2013.



Dizer que Colombo foi o ponto de nascimento de nossa genealogia como sujeito moderno encaminha nosso pensamento para reconhecer que nossas subjetividades modernas e ocidentais somente puderam se dar a partir da experiência do conflito e do choque cultural marcado pelo maior genocídio da história da humanidade, considerando-se os dados da Escola de Berkeley sobre a matança de cerca de 80 milhões de seres humanos durante o primeiro século de colonização. Ora, são cenas de violência física e simbólica mediadas por um estranhamento que ainda parece emergir nos rostos das crianças Xavante e Bororo durante a cerimônia da Funabem, algo traduzido pelas fotos que apresentaram os indígenas ainda sob a marca da folclorização e do exotismo.

Nos anos 1960 a 1980 o debate sobre desenvolvimento do Brasil e da América Latina como um todo esteve em questão, sendo objeto de definições e caminhos variados. No caso da opção feita pelo governo militar, se tratou de investir em grandes obras que tinham o objetivo de fazer o desenvolvimento do país a todo o custo. A figura 8 apresenta crianças segurando um cartaz no qual se pode enxergar o mapa do Brasil atravessado por um desenho feito a pincel, informando o que era a rodovia Transamazônica. A relação entre o desenho cortando o mapa e o termo “integração” registrava a vontade que tinha o governo militar de incutir na população a importância de uma obra que tinha o objetivo de integrar o Norte ao resto do país.

Figura 8 – Os frutos do moderno, os custos do “desenvolvimento”.



Fonte: Brasil Jovem – revista da Funabem, v. 6, n. 23, 1972, p. 64.
Acervo: Faculdade de Educação da UFRGS.



Mas as obras que caracterizaram o apogeu do desenvolvimentismo do período produziram uma série de desastres em termos humanos, culturais e ambientais. A partir de pesquisa com o relatório final da Comissão Nacional da Verdade e Justiça, divulgado em 2014 pelo governo federal, Alvarenga e Américo informam:

A ideia de integração se apoia em abertura de estradas, particularmente a transamazônica e a BR 163, de Cuiabá a Santarém, além das BR 174, 210 e 374 [...]. Na época, o ministro do interior era o militar e político José Costa Cavalcanti [...], ele próprio declara que a transamazônica cortaria terras de 29 etnias indígenas, sendo 11 grupos isolados e nove de contato intermitente – acarretando as remoções forçadas⁵⁸.

Tudo se encaixava sob o mantra da integração. Situava-se a integração nacional dentro da chamada “Marcha para o Oeste”, fazendo lembrar o mesmo processo ocorrido nos Estados Unidos no século XIX para interiorizar a colonização, gerando o roubo de mais de 50% do território do México e o extermínio de povos indígenas⁵⁹. Dando continuidade à política de Getúlio Vargas, esse projeto partia da ideia de que as regiões localizadas no extremo oeste do Atlântico não eram habitadas, daí o Estado agir para impulsionar o crescimento demográfico. Se a política indigenista do período Vargas não reconheceu a identidade dos grupos indígenas das regiões amazônicas, o mesmo se repetiu com o governo militar. Ambos reforçaram a ideia etnocêntrica de “aculturação” que pressupunha a ação de “encaminhar grupos de pessoas para eliminar a cultura dessas tribos e transformar os indígenas em cidadãos brasileiros, seguindo as normas e os deveres propostos pelo Estado”⁶⁰, sem reconhecer a autonomia e autodeterminação desses povos como direitos que lhes eram inerentes.

Conclusão

Escrever em meio ao caos que assola o Brasil sob os efeitos da gestão de Bolsonaro à frente do governo federal não é fácil⁶¹. Também não é fácil escrever

⁵⁸ ALVARENGA, Rodrigo; AMÉRICO, Elston. **Da biopolítica à necropolítica [...]**, 2019, p. 214.

⁵⁹ KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2018.

⁶⁰ ALVARENGA, Rodrigo; AMÉRICO, Elston. **Da biopolítica à necropolítica [...]**, 2019.

⁶¹ O texto começou a ser escrito em fevereiro de 2023 em meio à repercussão da reportagem de Sônia Bridi e Paulo Zero sobre a situação do povo Yanomani apresentada no Fantástico (TV Globo) no fim de janeiro.



sabendo que esse governo pode ser lido histórica e sociologicamente como uma atualização, para usar a terminologia do sociólogo Ramón Grosfoguel do “longo século XVI”⁶². O que foi aquele século senão o início de uma violência colonial que segue ceifando vidas?

A questão indígena vem sendo relida a partir de novos redesenhos políticos. A criação do Ministério dos Povos Indígenas, ação inédita no país com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República em outubro de 2022 – para o terceiro mandato após ter sido eleito em 2002 e reeleito em 2006 –, redefiniu a centralidade do tema. A ministra Sônia Guajajara tem se destacado nos últimos anos na luta pela integração e cidadania dos povos indígenas. Logo nos primeiros dias de governo, em janeiro de 2023, emergiu a densa situação do povo Yanomani, etnia que habita um território localizado na região amazônica de fronteira do Brasil com a Venezuela. O descaso do governo anterior em relação ao garimpo em terras indígenas do povo Yanomami veio à tona e deu o conteúdo político e jurídico para entender a morte dessa população, ocasionada por gravíssima desnutrição e contaminação do solo e da água. Dadas essas condições, Bolsonaro tem sido investigado e a questão foi levada ao Tribunal Internacional de Haia, na Holanda. Embora tenha ganhado repercussão apenas em janeiro de 2023, a grave situação vinha se constituindo ao longo de anos e foi acentuada recentemente. Diversos documentos atestam a indiferença do governo aos pedidos de ajuda da Funai e lideranças indígenas.

Este texto surgiu então de um duplo gesto: o encanto pelo arquivo da revista *Brasil Jovem* e a indignação diante do genocídio que segue em curso. Para escrever esta história foi preciso recuar, articular temporalidades diversas para responder ao problema proposto sobre de que forma as populações indígenas e suas infâncias foram apresentadas e dadas a ler em narrativas sobre a integração e o desenvolvimento nacional. Ao analisar as condições de emergência da imagem da criança indígena como efeito da biopolítica do “desenvolvimento nacional” em que a Funabem esteve inserida, foi possível descrever as novas estratégias de aproximação com os indígenas Xavante e Bororo na mediação com a Missão Salesiana no Mato Grosso do Sul.

⁶² GROSFOGUEL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016.



Foram analisadas as formas de emergência do rosto da criança indígena nas páginas da *Brasil Jovem* no jogo entre a inclusão e a exclusão da diferença; foi possível estranhar o conceito de “diversidade” e a política de tradução entre os representantes do Estado brasileiro e os povos indígenas, atualizando formas de dominação. O discurso da integração nacional e da assimilação dos povos indígenas à nação foi disseminado por múltiplos caminhos e se materializou em variadas práticas “discursivas” e “não discursivas” que podem se tornar objeto de outras pesquisas.

Neste texto focalizamos o periódico da Funabem como meio de comunicação estratégico durante a ditadura militar. Ele difundiu percepções sobre as infâncias e juventudes e, além disso, buscou demonstrar como elas eram consideradas cada vez mais como objeto das políticas de Estado que articulariam diferentes formas de governar as condutas. A criança indígena foi insinuada aí como um novo sujeito em relação ao qual as políticas da Funabem deveriam se debruçar, mas tal imagem foi elaborada com base em uma visão idealizada e acrítica sobre a diversidade brasileira.

Fazer história do tempo presente também é mapear distâncias e suturas, como se lê numa das cenas do filme *Xingu*, de Cao Hamburger (2011). O longa-metragem conta a história dos irmãos Villas-Bôas e suas lutas pela preservação das vidas indígenas nas regiões amazônicas. Próximo do fim da película, Cláudio Villas-Bôas (João Miguel) afirma para seu irmão Orlando (Felipe Camargo) que não irá atuar na busca de contato com os povos indígenas panará (à época chamados Kreen) até então isolados, para facilitar o trabalho de construção da rodovia transamazônica, pois com a voz embargada e um olhar angustiado ele diz: “Tem alguma coisa neles que morre para sempre assim que a gente encosta”. Tal cena provoca a reflexão sobre a tarefa do Estado brasileiro que, por meio de políticas responsáveis, deve buscar evitar que mais morte e que sob o chão da comunidade nacional se prolifere mais vida.

Data de submissão: 04/03/2025

Data de aceite: 12/05/2025

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos, 2009.



ALMEIDA, Maria Regina C. de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALVARENGA, Rodrigo; AMÉRICO, Elston. Da biopolítica à necropolítica contra os povos indígenas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). **Ciências Sociais Unisinos**, Porta Alegre, v. 55, n. 2, p. 212-222, mai./ago. 2019.

AREND, Silvia M. F. Jovens brasileiros nas páginas da Revista Realidade: Família e Trabalho (Brasil, 1966-1969). **Projeto História**, São Paulo, n. 54, pp. 162-188, set./dez. 2015.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, mai./ago. 2013.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006.

COURTINE, Jean-Jacques; HAROCHE, Claudine. **História do rosto**: exprimir e calar as emoções. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

COSTA JÚNIOR, José dos S. Pós-estruturalismo e escrita da história: a genealogia foucaultiana como crítica da subjetividade. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 25, n. 1, p. 90-112, 2022.

DAMINELLI, Camila S. **Uma Fundação para o Brasil Jovem**: Funabem, Menoridade e Políticas Sociais para infância e juventude no Brasil (1964-1979). Tese (Doutorado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2019.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2, v. 4. São Paulo: Editora 34, 2011.

FERRE, Núria P. de L. Identidade, diferença, diversidade: manter viva a pergunta. In: LARROSA, Jorge; SKLIAR, Carlos. **Habitantes de Babel**: poéticas e políticas da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 195-214.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2012.

GROSFOGUEL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2018.

LOHN, Reinaldo L. A ditadura dos mais produtivos: subdesenvolvimento, educação universitária e elitismo na revista Planejamento & Desenvolvimento (1973-1975). **Diálogos**, Maringá, v. 25, n. 2, p. 212-236, mai./ago. 2021.

MACHIESKI, Elisangela da S. Quem acolhe o menor, a mim acolhe. **Revista História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 21, p. 130-144, 2021.



MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões. In: BERNARDINO-COSTA, Joabe; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 27-54.

MIRANDA, Humberto da S. A FEBEM e a assistência social em Pernambuco no contexto da Ditadura. **Angelus Novus**, São Paulo, ano IV, n. 10, p. 159-176, 2015.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, 2005.

RIBEIRO, Berta. **O índio na história do Brasil**. São Paulo: Global, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. São Paulo: Global, 2017.

RIBEIRO, Adélia M. A crítica pós-colonial a partir de Darcy Ribeiro: uma releitura de “O povo brasileiro”. **Realis – Revista de Estudos AntiUtilitaristas e Pós-Coloniais**, Recife, v. 1, n. 1, p. 134-146, jan./jun. 2011.

RIBEIRO, Adélia M. Darcy Ribeiro e a crítica pós-ocidental de Walter Mignolo: notas sobre processos civilizatórios nas Américas. **Dimensões**, Vitória, v. 29, p. 281-308, 2012.

RIBEIRO, Adélia M. O pensamento crítico acerca da universidade na América Latina: de Darcy Ribeiro à “modernidade-colonialidade”. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 149-163, 2014.

RIBEIRO, Adélia M.; ROMERA, Edison. Orientações para uma descolonização do conhecimento: um diálogo entre Darcy Ribeiro e Enrique Dussel. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 20, n. 47, p. 108-137, jan./abr. 2018.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Tomaz T. (org.). A produção social da identidade e da diferença. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOUZA, Luciene G. de; SANTOS, Ricardo V. Mortalidade, Fecundidade e Padrão de Assentamentos dos Xavante de Sangradouro-Volta Grande, Mato Grosso (1993-1997). **Boletim do Centro de Estudos em Saúde do Índio de Rondônia**, Porto Velho, n. 02, p. 01-33, 1999.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.



TOMAZELLO, Maria G. C.; CARNAVARROS, Edmilson T. Os missionários salesianos e a educação escolar indígena em Mato Grosso: um século de história. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v. 18, n. 36, p. 181-197, jan./abr. 2009.

VOGEL, Arno. Do Estado ao Estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil. *In*: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (org.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011. p. 287-321.

WILLIAMS, James. **Pós-estruturalismo**. Tradução: Caio Liudvik. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

